



REVISTA MEMENTO V. 05, N. 2 (julho-dezembro de 2014)
REVISTA DO MESTRADO EM LETRAS LINGUAGEM, DISCURSO E CULTURA – UNINCOR
ISSN 2317-6911

**A QUESTÃO DOS SILENCIAMENTOS EM ANÁLISE DO DISCURSO:
REFLEXÕES A PARTIR DE UMA ENTREVISTA EM CIRCULAÇÃO NA
MÍDIA RIO-GRANDINA**

Denise MACHADO¹

Resumo: Este trabalho apresenta uma pesquisa desenvolvida no Grupo de Estudos em Análise do Discurso (GEAD), da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), tendo como objetivo principal refletir sobre a noção do silêncio e analisar os processos de silenciamento e de produção de sentido, à luz dos Estudos Discursivos de linha pecheuxiana. Como materialidade de análise, foi utilizada uma entrevista feita com o prefeito² da cidade de Rio Grande (RS), postada no blog pessoal de uma jornalista local, no dia 27 de março de 2012. Tal matéria teve uma grande repercussão na mídia local, não apenas por tratar sobre a polêmica CPI dos Transportes (sistema de transporte coletivo municipal), que estava em curso na época, mas também pela postura *atípica* do entrevistado que, conforme a entrevistadora, diferenciou-se de todas as autoridades já entrevistadas por ela. Como base teórica de análise, tomamos centralmente as abordagens de Orlandi (2007), a qual nos apresenta que a linguagem, no contato entre o ideológico e o linguístico, envolve o *silêncio* e este, por sua vez, é anterior à linguagem, sendo o grande fundador de sentidos do discurso.

Palavras-chave: Discurso Político. Sentidos. Silenciamentos.

Introdução

Este artigo, fruto de discussões feitas durante encontros do Grupo de Estudos em Análise do Discurso (GEAD/FURG), no ano de 2012, trata-se de um estudo que se insere na perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa e tem como objetivo principal refletir sobre a noção do silêncio, assim como analisar os processos de silenciamento e de produção de sentido em uma dada entrevista da política local. A partir de uma análise materialista do discurso, com a qual conseguimos dispor do linguístico em contato com o histórico, incorporamos em nosso dispositivo teórico-analítico os conceitos de heterogeneidade discursiva e de discurso autoritário, pensando

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: dnisemachado@gmail.com

² Prefeito eleito em 2008, cuja gestão administrativa foi entre 2009 e 2012.



REVISTA MEMENTO V. 05, N. 2 (julho-dezembro de 2014)

REVISTA DO MESTRADO EM LETRAS LINGUAGEM, DISCURSO E CULTURA – UNINCOR

ISSN 2317-6911

o discurso autoritário atual como heterogêneo, de difícil percepção, já que é transpassado de dito, não-ditos e silêncios, materializados por jogos de palavras e, principalmente, jogos políticos autolegitimadores (ORLANDI, 2010).

Voltando nosso olhar para nosso corpus de análise, temos, então, uma entrevista realizada por uma jornalista *freelancer* com o prefeito da cidade de Rio Grande (RS), Fábio Branco, já no último ano de mandato. Realizada no período em que a polêmica CPI dos Transportes estava em curso, a entrevista (conteúdo de áudio e transcrição) foi postada no blog *olhardarua.com*, página web pessoal da jornalista entrevistadora, no dia 27 de março de 2012. A “Entrevista com o prefeito de Rio Grande, Fábio Branco” alcançou grande repercussão midiática, não apenas por se tratar do polêmico sistema de transporte urbano do município de Rio Grande, objeto/alvo da CPI, mas também por revelar uma postura por parte do entrevistado que, nas palavras da entrevistadora BEM (2012): “destoou da de todas as outras autoridades que entrevistei”.

Nossa preocupação com o discurso político justifica-se não apenas por ser um objeto tão caro à teoria da Análise do Discurso (AD), pautando-se como um dos grandes interesses de Michel Pechêux, um dos principais fundadores da disciplina. Atualmente, os discursos políticos, marcados por outro contexto sócio-histórico e afetados por outras condições de produção discursiva, cada vez mais estão em circulação na mídia dinamizada e globalizada, que em grande parte, articula-se com os interesses de um grupo hegemônico, por sua inserção diária na vida de uma grande maioria da população. Além da facilidade de acesso à informação, por meio das mídias eletrônicas, as de perfil alternativo da web, ganham espaço e reconhecimento, servindo como um novo suporte para os discursos políticos e para a crítica a estes.

Numa época de mídias que denunciam e problematizam as atuações dos governantes, de reportagens mais críticas e até propositivas, os discursos na e da política, na web, acabam por produzir diferentes efeitos de sentidos que merecem novos olhares e análises. Mesmo não direcionando nosso estudo para a análise do modo de circulação desses discursos, consideramos que tais fatores aqui mencionados devem ser levados em conta para se pensar nas condições de produção discursiva do objeto da nossa análise.



Ainda fazendo referência às condições de produção discursivas da entrevista que colocamos em análise, é pertinente levar em conta a ocorrência de uma CPI do Transporte em Rio Grande - RS e de a entrevistadora ser uma jornalista *freelancer* sem vínculo com um veículo de imprensa oficial, fatos que podem ter ocasionado no prefeito entrevistado certo descaso, por um lado, e preocupação e receio, por outro, por não saber onde esta entrevista iria ser publicada. Lembremos, também, que nossa materialidade de análise é produzida em ano de eleição municipal, circunstância importante que pode conduzir os sujeitos entrevistador e entrevistado a terem maior perspicácia ao que se pode ou não dizer neste determinado momento.

Silenciar, calar e não dizer

Nossa opção ao trabalhar o silêncio como fundante dos sentidos, assim como propõe Orlandi (2007), em um primeiro momento, reflete parte de nossas reflexões acerca de aproximações desta forma pensar o silêncio no mundo. Portanto, faz-se necessário tomarmos rapidamente um exemplo da cultura oriental e da sua maneira de conceber o silêncio em suas relações cotidianas e através de uma memória discursiva. Na tradução do provérbio chinês “A palavra é prata, o silêncio é ouro”, temos, então, efeitos de algo valioso e significativo - em detrimento das próprias palavras. Fato que propõe sentido ao silêncio, além de considera-lo como sendo um símbolo de sabedoria. Esta visão de certa forma contrapõe-se ao pensamento ocidental de perceber o silêncio como de cunho negativo, relativo à falta que, já apontado por Orlandi (2007), tem representação na interpretação Shakespeariana, em Hamlet: “O resto é silêncio”. Tal frase, que ainda é parafraseada por Érico Veríssimo para dar título a um de seus romances, busca estabelecer relações do nada – morte com o silêncio (resto, sobra).

Centrando-nos na crítica à visão negativa do silêncio em nossa cultura e a partir de Orlandi (2007), tomamos o estar em silêncio como o significar da fluência e da deriva dos sentidos antepostos à linguagem. Acreditamos, nessa perspectiva, que os sentidos fundantes do discurso, primeiramente articulam-se no espaço significativo do silêncio, para depois, serem materializados nas e pelas palavras. Ao apresentar o

conceito de silêncio como fundante dos sentidos, Orlandi (2007), o pensa como princípio de toda significação, que, conforme já relatamos, não deve ser entendido como vazio, falta, ou ainda como um implícito, que, estando no recorte entre o dito e o não-dito, deriva do sentido das palavras para significar. Ao pensarmos o discurso como “efeito de sentido”, podemos pensar os silêncios como anteriores aos efeitos de sentido, como sendo geradores de múltiplos outros sentidos. Além do silêncio fundador, a autora também cunha a política do silêncio, que remete a duas formas de silenciamento: o silêncio constitutivo, aquele que trabalha com a noção de apagamento em uma dada situação, representando “um efeito de discurso que instala o antiimplícito: se diz “x” para não (deixar) dizer “y”, este sendo o sentido a se descartar do dito” (ORLANDI, 2007, p. 73); e o *silêncio local* como sendo o que interdita o dizer, e tendo como seu maior exemplo a censura propriamente dita.

Acreditamos, também, que os efeitos de sentido gerados pelas formas de dominação e cerceamento realizadas pelos silenciamentos no discurso só podem ser analisados a partir das relações do simbólico com o político. Este último sendo parte do que está presente em todo o discurso, possuindo estreita relação com as posições-sujeito, seus lugares sociais e a inserção da ideologia no discurso: “As relações de poder são simbolizadas no discurso e isso é o político” (ORLANDI apud ZANDWAIS 2011, p.53). Neste sentido, estas formas distintas de silêncio podem construir apagamentos e até interdições de algumas Formações Discursivas (caso da instauração de uma ditadura, por exemplo). Como sabemos, em políticas ditas democráticas, não percebemos tal censura tão facilmente como em regimes militares, o que faz com que os silenciamentos e a produção de sentidos sejam mais escorregadios às nossas percepções e mereçam certo destaque.

Tentando perceber como se articulam teoria/prática, iremos observar, a partir de um *corpus* representativo composto por quatro sequências discursiva (SDs), as diferenças do calar, silenciar e não dizer, que, reportam, a nosso ver, à sentidos distintos. Pensaremos, também, a política do silêncio materializada nos silenciamentos locais de uma censura velada e nos silêncio constitutivos de sentido que determinam.

Percorso analítico

Nas quatro sequências discursivas (SDs) que seguem, buscamos analisar a produção de sentidos em situações que se destacaram por apresentar o prefeito entrevistado com uma postura atípica para a condição/papel de autoridade pública maior em âmbito municipal. Com esta materialidade, podemos perceber que linguagem não se apresenta de forma simétrica, estável, linear, na medida em que a entrevistadora passa a ser entrevistada, fazendo com que se construa um deslocamento de que se entende por entrevista. Basicamente, as perguntas propostas pela jornalista tratam de questões que estão sendo investigadas na CPI dos transportes: processos licitatórios e a sustação do contrato do Tribunal de Contas do Estado (TCE), o caso da superlotação dos ônibus urbanos, algumas supostas relações fraudulentas da prefeitura com a empresa *Noiva do Mar* e a criação do sistema de integração do transporte coletivo municipal, tema que gerou a primeira polêmica durante a entrevista.

SD 1: Repórter: Na época da integração, teve grande mobilização da população contra o processo de... o sistema de integração...

Prefeito: Tu mora aqui?

Repórter: Sim

Prefeito: Mas tu não é de Pelotas?

Repórter: Não, sou... na verdade, eu...

Prefeito: Cadê o teu cartão? Tu não tens cartão?

Repórter: Não.

Prefeito: Tu mora aonde? Tu é jornalista?

Repórter: Sim.

Prefeito: É? Não... só pra te identificar, porque... Quando me apareceu aqui, diz que tu era de Pelotas, uma jornalista de Pelotas.

Repórter: Não, não é de Pelotas. Sou formada pela UFRGS e estou aqui.

Prefeito: Não, só pra... só pra... porque ela...(o prefeito refere-se à secretária) quando vi de Pelotas e tu está falando de integração. Tu não tava aqui.

Nesta SD1, podemos perceber que os agentes do discurso - entrevistadora e sujeito prefeito - por ocuparem posições diferentes e lugares sociais distintos, são envolvidos em uma forte tensão de interlocução. Por um lado, temos um sujeito prefeito marcado por um discurso partidário do PMDB, antigo MDB, que mesmo tendo surgido

como uma entidade que se colocava em oposição à ARENA (partido que dava apoio à ditadura militar), possui na conjuntura política brasileira uma postura muito diversa da tida em sua criação. Em Rio Grande, a presença do PMDB constrói uma conjuntura política bastante particular, que é constituída a partir da presença da família Branco a frente da Prefeitura por 16 anos. No outro lado da interlocução, temos uma jornalista *freelancer* que começou recentemente a se destacar por suas críticas políticas na mídia alternativa local.

Podemos entender que essa tensão discursiva está associada ao “tomar a palavra” que, conforme Orlandi (1983), é um ato social com todas as suas implicações. Afirmamos, também, que nesse processo, o entrevistado reconhece a heterogeneidade da língua. No entanto, ele tenta demarcar geograficamente os sentidos: apenas as pessoas moradoras da cidade; apenas aqueles que acompanharam o processo de construção da integração, somente essas pessoas podem compreender os processos de significação gerados a partir do assunto “integração”. Com isso, a polissemia relaciona-se não como fonte dos sentidos, mas como necessidade da existência deles, uma vez que, na interface linguagem/ideologia, o resultado só pode ser heterogêneo. Quando o entrevistado de certa forma silencia as respostas, ele está trazendo outros sentidos para a ordem do discurso e calando outras Formações Discursivas que poderiam ser reveladas, a partir da linguagem e de seu contato o ideológico.

SD 2: Prefeito: Não tudo bem... eu não tô me negando, eu só preciso ver a tua matéria antes de tu vender a tua matéria, tá?

Repórter: Mas por quê?

Prefeito: Claro... não sei, eu tô te dizendo, eu não sei se tu vai colocar o que eu tô te falando, entendeu...

Repórter: Não, eu...

Prefeito: Pelo menos, a minha parte...

Repórter: Não, o senhor não está falando nada na verdade, né. O senhor tá falando que não sabe, que não...

Prefeito: Não, não. Eu tô te respondendo várias coisas. Se tu não tá gostando, então...

No momento em que o entrevistado coloca em prova o que a entrevistadora está perguntando, ao afirmar que gostaria de ver a matéria antes de ser publicada, optamos por trabalhar a partir do conceito de discurso autoritário como possibilidade de

metodologia apontada por Orlandi (1996) para se pensar as tipologias discursivas. Dessa forma, nesta SD2, observamos que o sujeito prefeito constrói um discurso no qual “a reversibilidade tende a zero, estando o objeto do discurso oculto pelo dizer, havendo um agente exclusivo do discurso e a polissemia contida.” (ORLANDI, 1983, p. 154). Partindo desta definição, percebemos a reversibilidade a fim de ocultar e silenciar possíveis sentidos e o discurso legitimador que, a partir da autoafirmação, se reproduz com efeitos de autoritarismos: “eu sei que eu tenho compromisso com a verdade”. Observamos também que há o objeto oculto (possíveis respostas pretendidas pela jornalista), um exemplo disto, são as muitas respostas do prefeito: “não sei, não lembro”. Com esta tendência no movimento de sentidos e das ações serem contidas, a dinâmica de interlocução torna-se bastante comprometida.

Não de outra maneira, os discursos políticos autoritários são regulados pela violência simbólica: “pelo fato de funcionarem no plano do simbólico, menos visíveis (...) adquirem, portanto, maior força pra os fins aos quais servem.” (Zandwais apud ORLANDI, 2011, p. 132). Em vista disso, o silenciamento em suas formas locais e constitutivas do dizer possuem tanta importância para a construção da violência simbólica, apontando pra novos sentidos que tentam reter e cercear tanto física quanto ideologicamente o espaço do outro no discurso. Nesta SD2, tais retenções, feitas a partir dos silenciamentos, estão expressas no desejo do sujeito prefeito de querer ver a matéria antes de ser publicada.

SD3: Repórter: Não, até porque eu não tenho como mentir (neste momento a repórter aponta para o gravador).

Prefeito: Não, depende, né? Às vezes é interpretação de colocação, daqui a pouco tu me interpreta de uma maneira, eu falei de outra. Às vezes a interpretação, sabe como é que é a cabeça das pessoas, né?

Repórter: Sim...

Prefeito: Às vezes tu imagina uma coisa, às vezes tu lê um papel, tu interpreta de uma maneira, eu leio e interpreto de outra maneira. Só pra não ter... não deixar dúvida, pra nós não...

Na SD3, percebemos que o entrevistado tenta conter os processos polissêmicos que deslocam o mesmo, a fim de não produzirem distintos efeitos de sentido. Podemos

dizer que este sujeito prefeito reconhece o real do sentido, porém tenta aprendê-lo como forma de controlar o inconsciente do outro. A interpretação, para ele, compreende um sentido central, o único aceito e correto; os outros sentidos são marginais e errôneos. Ou seja, a interpretação assim como concebe o entrevistado, não é vista da mesma forma como propõe Pêcheux: “todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação (PÊCHEUX, p. 53, 2012)”. Essas construções revelam uma visão errônea de sentido literal e de interpretar, o que é posto não de forma totalmente consciente para silenciar as possíveis respostas às perguntas “capciosas”³ da entrevistadora.

SD 4: Repórter: Na verdade, é porque eu entrevistei muita gente e...

Prefeito: Por isso que eu gostaria, pra ver quem tu entrevistou.

Repórter: Eu li as ações do Ministério Público, li o edital, entendeu?

Prefeito: Não é porque o Ministério Público colocou que é verdadeiro, entendeu?

Mais uma vez nos é revelada uma postura autoritária no perfil do sujeito prefeito. Ao ser perguntado sobre as licitações feitas pelo ministério público, o prefeito expõe que as ações do MP não possuem legitimidade, confirmando e complementando nossa análise sobre a SD2. Mais uma vez há ocultação, de forma autoritária, do objeto (informação) desejado/desejada pela entrevistadora. Dizendo que as ações do Ministério Público não têm legitimidade, o interlocutor cala os sentidos, através de uma censura velada, de qualquer suspeita de contravenção por parte da prefeitura; coloca-se, então acima de qualquer órgão público para poder “construir” o seu perfil de autoridade.

Nesta SD4 há uma apropriação, não de modo plenamente consciente, de um discurso autoritário e auto-legitimador como forma de cerceamento na construção e na migração dos sentidos possíveis, fato que reflete o receio do prefeito de ser retirado do seu poder linguístico de dominação ideológica. Orlandi (2007) não classifica o discurso autoritário como um discurso autolegitimador, no entanto, entendemos que tais pontos,

³ Em certo momento da entrevista, o entrevistado relata que as perguntas da entrevistadora são capciosas por serem investigativas e estarem buscando “furos” da administração da prefeitura em relação ao transporte público municipal.



em nossa entrevista, se toquem. O discurso autoritário, a partir de nossa visão, revela uma visão própria do que significa a interpretação, construindo uma relação intrínseca com a contensão dos processos polissêmicos e com a política do silêncio.

Por último, é necessário considerar mais uma vez a violência simbólica presente no discurso analisado, fato que delimita os sentidos questionados pela entrevistadora, assim como silencia sentidos questionados durante a entrevista. Tais processos acontecem, como sabemos, de forma não linear, e que faz com que não apreendemos tão bem os tipos de silenciamentos e que não conseguimos estabelecer limites para suas classificações ou formas. Em alguns casos, percebemos sua presença e sabemos que de alguma forma significa, mas não apreendemos.

Considerações finais

Posicionar-se a partir do escopo teórico da Análise do Discurso, tomando a noção de silêncio como real e anterior à linguagem, não fazendo parte da mesma, mas sendo indissociáveis por estarem no plano do discurso, constitui também um gesto comprometimento com a pesquisa de caráter não meramente linguístico e classificatório. Sabemos que não é apenas pela entrada teórica da noção de silêncio que temos o externo ao sistema linguístico, pois quando assumimos o terreno dos estudos discursivos, cunhado por Michel Pêcheux, estamos tomando, antes de mais nada, o discurso (objeto teórico-analítico) que coloca em xeque os esquemas de comunicação linear, assim como direciona novos olhares para a língua em relação com o histórico, o ideológico e o político.

Para tanto, como este artigo breve, percebemos que é necessário irmos além das classificações de implícitos ou subtendidos, que estão sempre postos a partir do linguístico. Para perceber o silêncio e suas formas de silenciar, é necessário observar as condições de produção discursivas, assim como o contexto sócio-histórico e os lugares sociais de onde falam ou calam os sujeitos envolvidos na produção do(s) discurso(s). Um leitor que desconhecesse todos estes fatores citados acima, e que observasse a entrevista, certamente perceberia que o processo de interação comunicativa está

comprometido, mas se não tiver conhecimentos prévios não saberia explicar o porquê de certos sentidos serem reproduzidos.

A partir da materialidade analisada e com as contribuições na noção de silêncio proposta por Orlandi (2007) somos levados a pensar acerca dos governos que ainda cerceiam os sentidos de forma geográfica e ideológica e a estabelecer redes de sentido com regimes totalitários e nacionalistas, o que de certa forma mobiliza a memória discursiva na sua relação com o interdiscurso.

A presença significativa do silêncio remete por vezes a uma política do silenciamento, mas que também é fundante de sentidos não ditos pelo entrevistado. Os silêncios significam por si só, tornando clara a incompletude da linguagem, com suas falhas e faltas, fazendo com que os silenciamentos mobilizem a memória não oficial, suscitando curiosidade para que um não-dito venha à tona no discurso. Estes silenciamentos de diferentes ordens estão no plano do “poder dizer”, ou seja, estando no recorte entre o *dito* e o *não-dito*, eles estão postos na relação de dizer algo para silenciar (calar) outras possibilidades discursivas e até mesmo interditar dizeres através de uma censura velada. Na relação de tensão não linear discursiva, não apreendemos limites entre as diferentes formas de silenciar, assim como entendemos que não há silêncio que não estabeleça relação com a ideologia e com as condições de produção discursiva.

Cabe, por último, destacar a estreita relação entre as noções, propostas por Orlandi (1996, 2007), de discurso autoritário e de política do silêncio. Ambos entrecruzam-se a partir das distintas formas de silenciar nas redes discursivas e no processo de fluxo de sentidos, revelando-nos o discurso como o espaço para o heterogêneo. Como vimos, os silenciamentos na entrevista são da ordem de censurar a entrevistadora; do não querer dizer; do dizer algo para calar outros sentidos e, também, fundamenta-se fortemente na tensão de uma censura velada que traz consigo sentidos imersos em um silêncio que é fundante de sentidos, já que não é categorizável e não se expressa a partir das palavras.



REVISTA MEMENTO V. 05, N. 2 (julho-dezembro de 2014)
REVISTA DO MESTRADO EM LETRAS LINGUAGEM, DISCURSO E CULTURA – UNINCOR
ISSN 2317-6911

*SILENCING ISSUES IN DISCOURSE ANALYSIS: REFLECTIONS FROM AN
INTERVIEW IN CIRCULATION IN THE MEDIA IN RIO GRANDE (RS)*

abstract: *this study presents a research carried out in discourse Analysis Group (GEAD), of Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Its main goal is to think over about the notion of silence and analyze the processes of silencing and the production of meaning, in light of Discursive Studies from Pecheux line. As a concreteness analysis, it was used an interview with the Major of Rio Grande City (RG), posted on the personal blog of a local journalist on 27th March 2012. The article has had a large repercussion on the local media, not only because it was about a controversy CPI of Transports (municipal public transportation system), that was ongoing at that time, but also because of his atypical attitude that based on the interviewer contrast with all authorities interviewed by her. As a theoretical basis for analysis, the core is Orlandi (2007) approaches which shows us that the language, in contact with the ideological and linguistic, involves the silence and it is, by the way, prior to the language and the great founder of the discourse senses.*

Keywords: *Discourse. Politician. Discursive Differences. Meanings. Silencing.*

Referências

- BEM, Daniela de. Entrevista com o prefeito de Rio Grande, Fábio Branco. *Blog Olhar da Rua*, Rio Grande, março de 2012. Disponível em: <http://www.olhardarua.com/2012_03_01_archive.html>. Acesso em: 30 de março de 2012.
- ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. – 6^a ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- _____. **A linguagem e seu funcionamento:** as formas do discurso. São Paulo : Pontes, 1996.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. 6^a Ed. Campinas, SP: Pontes Edições, 2012.
- ZANDWAIS, Ana; ROMÃO, Lucília Maria Souza (orgs). **Leituras do Político.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.